



PSICOTERAPIA E RELIGIÃO: UMA QUESTÃO (NO)ÉTICA

Psychotherapy and Religion: A (no)ethical issue

Psicoterapia y Religión: Una cuestión (no)ética

ADRIANA PATRÍCIA EGG-SERRA*

DOI: <https://doi.org/10.62506/8z0jzt20>

Resumo: Este estudo teórico analisa a tensão ético-política entre a liberdade religiosa do psicólogo e o dever de laicidade da prática clínica, evidenciada por recentes embates institucionais no Brasil. O objetivo é propor a integração da dimensão espiritual na psicoterapia a partir da Logoterapia e Análise Existencial de Viktor Frankl. Metodologicamente, realiza-se uma articulação conceitual sobre a ontologia dimensional, a dimensão noética e o inconsciente espiritual, dialogando com a literatura da área. Discute-se que a evitação sistemática da espiritualidade e da religiosidade nos processos formativos gera insegurança profissional e contraria a essência do método psicoterapêutico, focado em desvelar o sofrimento para reorganizá-lo. Os resultados demonstram que a distinção frankliana entre espiritualidade, compreendida como fenômeno antropológico universal, e religiosidade, vista como manifestação cultural específica, permite ao terapeuta acolher a visão de mundo do paciente mantendo a neutralidade axiológica, sem incorrer em proselitismo ou reducionismo cientificista. Conclui-se que a superação dessa polarização exige a inclusão do debate crítico sobre o tema na formação em psicologia, capacitando o profissional para oferecer um cuidado cientificamente rigoroso e existencialmente acolhedor.

Palavras-chave: Religião e Psicologia; Espiritualidade; Psicoterapia; Ética Profissional; Educação em Psicologia.

Abstract: This theoretical study analyzes the ethical-political tension between the psychologist's religious freedom and the duty of secularity in clinical practice, evidenced by recent institutional conflicts in Brazil. The objective is to propose the integration of the spiritual dimension into psychotherapy based on Viktor Frankl's Logotherapy and Existential Analysis. Methodologically, a conceptual articulation is carried out regarding dimensional ontology, the noetic dimension, and the spiritual unconscious, in dialogue with the literature in the field. It is argued that the systematic avoidance of spirituality and religiosity in training processes generates professional insecurity and contradicts the essence of the psychotherapeutic method, which focuses on unveiling suffering in order to reorganize it. The results demonstrate that the Franklian distinction between spirituality, understood as a universal anthropological phenomenon, and religiosity, seen as a specific cultural manifestation, allows the therapist to embrace the patient's worldview while maintaining axiological neutrality, without engaging in proselytism or scientific reductionism. It is concluded that overcoming this polarization requires the inclusion of critical debate on the subject in psychology training, empowering professionals to offer care that is both scientifically rigorous and existentially welcoming.

Keywords: Religion and Psychology; Spirituality; Psychotherapy; Ethics, Professional; Psychology, Educational.

Resumen: Este estudio teórico analiza la tensión ético-política entre la libertad religiosa del psicólogo y el deber de laicidad de la práctica clínica, evidenciada por recientes conflictos institucionales en Brasil. El objetivo es proponer la integración de la dimensión espiritual en la psicoterapia a partir de la Logoterapia y el Análisis Existencial de Viktor Frankl. Metodológicamente, se realiza una articulación conceptual sobre la ontología dimensional, la dimensión noética y el inconsciente espiritual, en diálogo con la literatura del área. Se discute que la evitación sistemática de la espiritualidad y la religiosidad en los procesos formativos genera inseguridad profesional y contradice la esencia del método psicoterapêutico, enfocado en desvelar el sufrimiento para reorganizarlo. Los resultados demuestran que la distinción frankliana entre espiritualidad, comprendida como fenómeno antropológico universal, y religiosidad, vista como manifestación cultural específica, permite al terapeuta acoger la visión del mundo del paciente manteniendo la neutralidad axiológica, sin incurrir en proselitismo o reduccionismo cientificista. Se concluye que la superación de esta polarización exige la inclusión del debate crítico sobre el tema en la formación en psicología, capacitando al profesional para ofrecer un cuidado científicamente riguroso y existencialmente acogedor.

Palabras-clave: Religión y Psicología; Espiritualidad; Psicoterapia; Ética Profesional; Educación en Psicología.

* Universidade Federal do Paraná, Curitiba. E-mail: patricia.egg.serra@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9024-7610>



Introdução

Em maio de 2026, foi criada no Brasil a “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Liberdade Religiosa dos Psicólogos Cristãos”. O processo institucional ocorreu em duas etapas: aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS 3/2026), em 27 de maio, e promulgação oficial com publicação no Diário Oficial da União no dia 29, sob o registro de Resolução do Senado Federal nº 11 de 2026. A criação desta Frente tem movimentado discussões intensas no meio acadêmico e institucional, polarizando o cenário jurídico e profissional. O debate gira em torno do equilíbrio entre as liberdades individuais do profissional e o dever de laicidade da ciência psicológica.

Os defensores da Frente fundamentam-se nas garantias individuais previstas na Constituição Federal de 1988, que asseguram a liberdade de consciência, de crença e de manifestação religiosa. O argumento é de que o Estado deve proteger estes direitos de invasões institucionais. Alega-se que resoluções de autarquias públicas – como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) – têm gerado punições excessivas, configurando uma suposta perseguição institucional contra profissionais que professam a fé cristã. Em seu parecer, o relator no Plenário aponta legitimidade do Legislativo na busca por um equilíbrio entre a regulação profissional e a preservação das liberdades individuais. A Frente defende que ninguém deve ser constrangido a ocultar sua fé ou abdicar da visão de mundo que possui para estar qualificado ao exercício técnico da profissão que escolheu.

As entidades contrárias, lideradas pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) – que emitiu nota de repúdio à formação da frente – sustentam que a proposta fere preceitos republicanos e científicos. Segundo eles, a constituição determina separação estrita entre Estado e Religião e, como autarquia estatal, o CFP deve garantir à sociedade uma prestação de serviços estritamente laica. Defende-se que a Psicologia é uma ciência regulamentada por critérios técnicos e validados e práticas profissionais não podem ser guiadas ou substituídas por convicções ou dogmas particulares do terapeuta. Amparam-se na Resolução CFP nº 7/2023 (CFP, 2023), que proíbe o uso da fé como ferramenta de tratamento ou proselitismo. O objetivo declarado é mitigar riscos éticos, evitando que dogmas pessoais induzam o paciente ou fundamentem discriminações mascaradas de clínica. Critica-se a Frente pela suposta tentativa de fragilizar e esvaziar a competência legal e constitucional do Sistema Conselhos de regular, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão.

Na disputa institucional entre a regulação laica da Psicologia e os movimentos de liberdade religiosa, o maior prejudicado pela polarização resultante é o sujeito dos cuidados psicológicos. O tensionamento dessa disputa de poder pode afetar a pessoa que recebe tais cuidados de duas formas principais, dependendo de como o profissional maneja o conflito. Ao abrir margem para que preceitos religiosos infiltrem-se em procedimentos cientificamente embasados de modo irrefletido, corre-se o risco de moralizar o sofrimento psíquico ou existencial e reduzi-lo a elementos de ordem dogmática, desconsiderando o sofrimento real da pessoa. O terapeuta jamais deve impor valores pessoais ao paciente, pois isso implica em privá-lo de sua autonomia. Além disso, a imposição de dogmas rígidos sobre temas sensíveis pode gerar adoecimento iatrogênico, gerando culpa patológica e agravando quadros de ansiedade e depressão.

Por outro lado, com o banimento ou patologização de qualquer manifestação espiritual no *setting* clínico corremos o risco de um extremismo cientificista e reducionismo materialista, silenciando uma dimensão importante para muitas pessoas, o que igualmente as prejudica. Ignorar a espiritualidade do sujeito é uma clara redução ao psicologismo. O ser humano acaba limitado a uma confluência de impulsos ou condicionamentos psicológicos que ignora suas possibilidades existenciais mais profundas. A fé e a religiosidade são, para muitos indivíduos, as principais fontes de sentido e recursos para o enfrentamento de dificuldades (Corrêa et al., 2016; Esperandio et al., 2019; Ferreira et al., 2020; Hefti, 2019; Koenig et al., 1998) e muitas vezes atuam como eixos estruturantes na construção dos conceitos de saúde, sofrimento, esperança e identidade, definindo a própria interpretação que o sujeito faz de sua existência. Além disso, pessoas religiosas que sentem sua cosmovisão ridicularizada ou rejeitada pela Psicologia podem acreditar que parte do seu mundo subjetivo não tem lugar neste contexto ou mesmo abandonar o tratamento, privando-se de um suporte importante em saúde mental (Baungart & Amatuzzi, 2007; Bruscagin, 2004; Dein, 2004).

Para superar essa dicotomia, é fundamental revisitar o próprio conceito de laicidade. A aplicação irrefletida desse princípio exclusivamente como restrição ou apagamento do fenômeno religioso aproxima-se do laicismo, uma postura incompatível com a laicidade participativa do Estado brasileiro (Brasil, 1988). Sob a ótica do filósofo Jürgen Habermas (2007), em sua análise da sociedade pós-secular, a esfera pública – e em nosso caso, por extensão, o espaço clínico – não deve exigir que os cidadãos mutilem suas identidades religiosas para serem ouvidos. A laicidade participativa pressupõe que as cosmovisões religiosas sejam acolhidas e traduzidas em uma linguagem acessível e respeitosa, garantindo a pluralidade sem impor dogmas. Assim, a laicidade na psicologia não significa a exclusão da espiritualidade, mas a garantia de um espaço seguro onde múltiplas formas de sentido possam coexistir.



Este último, por sinal, é outro ponto crítico na discussão. Sabemos que a dificuldade de pessoas religiosas para encontrar psicólogos que compreendam sua cosmovisão sem ignorá-la ou patologizá-la é um fenômeno real (Brito, 2011; Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a; Peres et al., 2007). Muitas vezes, por não se sentirem acolhidas em sua vivência de mundo como sujeitos religiosos, estas pessoas buscam profissionais que professem a mesma fé (Coliath, 2007; Henning-Geronasso & Moré, 2015; Savio & Bruscatin, 2008), gerando tensionamento entre a demanda do sujeito e os limites impostos pelas resoluções profissionais. A grande responsabilidade por esta tensão, no entanto, não provém de psicólogos religiosos tentando impor suas crenças aos utentes de seus serviços, nem de regulamentações restritivas que impedem a abordagem da espiritualidade e/ou religiosidade na clínica psicológica.

De um modo geral, os profissionais da psicologia (incluindo os religiosos) tendem a evitar qualquer abordagem que tangencie a religião, geralmente por uma preocupação em ultrapassar os limites éticos de sua área de competência, uma vez que não se sentem preparados para o acolhimento e manejo clínico de tais questões (Assis & Medeiros, 2018; Beneduzzi, 2012; Cambuy et al., 2006; Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a; Oliveira et al., 2019; Paulino, 2019). Por outro lado, as próprias resoluções do Sistema Conselhos, tanto a CFP nº 7/2023 (CFP, 2023), quanto o documento oficial de Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a Questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade (CFP, 2014) – além de um número elevado de textos produzidos¹ – deixam claro que “pautar-se na obrigatoriedade da laicidade não implica negar uma interface que pode ser estabelecida pela psicologia e a religião, e pela psicologia e a espiritualidade” (CFP, 2014); que o exercício profissional deve considerar “a dimensão da religiosidade e da espiritualidade como elemento formativo das subjetividades e das coletividades” (CFP, 2023); e que “tanto a religião quanto a psicologia transitam num campo comum, qual seja, o da produção de subjetividades, entendendo ser fundamental o estabelecimento de um diálogo entre esses conhecimentos” (CFP, 2014).

Os tensionamentos neste campo são provenientes de uma total falta de reflexão e debate acerca dos modos como a psicologia pode promover a integração da dimensão espiritual à atuação profissional (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a; Egg-Serra & Holanda, 2022; Oliveira et al., 2019; Pereira & Holanda, 2019). Como forma de contribuir para uma análise crítica da espiritualidade em quanto constructo teórico dentro do campo psicológico, queremos trazer alguns conceitos de Viktor Frankl que nos permitem compreender e abordar as questões religiosas e espirituais de um modo fundamentado no campo do conhecimento científico, nos afastando de qualquer proselitismo religioso. O conhecimento técnico e a neutralidade axiológica defendidos por Frankl fornecem ao psicólogo condições para acolher a fé do consultante de maneira ética, independentemente das crenças pessoais do sujeito ou do próprio terapeuta.

1. Frankl e a Questão Noética

A compreensão da espiritualidade na obra do psiquiatra e filósofo austríaco Viktor E. Frankl (1905-1997) exige, primeiramente, situá-la no contexto de sua teoria: a Logoterapia e Análise Existencial. Fundada em bases fenomenológicas e existenciais, e atravessada pelas experiências extremas do autor em campos de concentração nazistas, a Logoterapia propõe uma visão de homem centrada na busca de sentido. Para tornar essa teoria acessível, é fundamental compreender como Frankl estrutura o ser humano e, a partir disso, definir o que ele entende por espiritualidade, diferenciando-a de conceitos puramente religiosos.

1.1 A estrutura tridimensional do ser humano

Diferente das abordagens psicológicas de sua época, que tendiam a circunscrever o ser humano a partir dos seus instintos (psicanálise) ou dos seus condicionamentos ambientais (behaviorismo), Frankl propõe uma “ontologia dimensional” (Frankl, 1975/1978; Lima Neto, 2013). Nessa visão, o ser humano é compreendido como *unitas multiplex* (unidade múltipla), constituída por três dimensões inseparáveis: a biológica ou somática, a psicológica ou psíquica e a espiritual ou noológica (Aquino, 2020; Egg-Serra et al., 2023).

As dimensões biológica e psicológica formam o que Frankl chama de campo “psicofísico”, uma esfera regida por leis de causa e efeito, instintos e condicionamentos. No entanto, é na terceira dimensão – a espiritual – que reside a verdadeira essência humana. Para evitar confusões com o misticismo ou com a religião institucional, Frankl frequentemente utiliza o termo grego *nous* (mente/espírito) para denominar essa esfera como dimensão noética (Coelho Júnior & Mahfoud, 2001; Lima Neto, 2013).

1.2 O conceito de espiritualidade (ou dimensão noética)

Para Frankl, a espiritualidade não é uma instância, mas um dinamismo, um “puro movimento” (Frankl, 1975/1978; Aquino, 2020). Ela é a manifestação da liberdade, da responsabilidade e da consciência. Enquanto

¹ Há inúmeras publicações sobre a temática tanto no Conselho Federal como em diversos Conselhos Regionais, basta procurar nos sites das autarquias.



os animais vivem inteiramente determinados por sua biologia e instintos, o ser humano possui a capacidade única de se opor às determinações de seu próprio psicofísico (Frankl, 1975/1978; Aquino, 2020). A espiritualidade, portanto, é a dimensão onde o indivíduo deixa de ser apenas um produto de sua herança genética ou de seu meio social, e passa a ser o protagonista de sua existência. Frankl ilustra isso com uma metáfora: a biologia e o meio social nos dão os "tijolos", mas o "construtor" é a pessoa espiritual, que decide o que fazer com esse material (Frankl, 1975/1978; Aquino, 2019). Essa dinâmica espiritual opera fundamentalmente através de duas capacidades exclusivamente humanas: o autodistanciamento e a autotranscendência (Frankl, 1969/2020; Egg-Serra et al., 2023).

O autodistanciamento é a capacidade do ser humano de se afastar de si mesmo e de suas próprias dores, instintos ou condições sociais para avaliá-los. Frankl reconhece que o homem sofre influências do seu destino biológico, psicológico e sociológico, como doenças, traumas e limitações oriundas do ambiente que o cerca. Contudo, a dimensão espiritual garante que o indivíduo não seja totalmente determinado por elas. O homem não é livre *das* condições, mas é livre *para* tomar uma atitude diante delas (Frankl, 1969/2020; Aquino, 2019 e Egg-Serra et al., 2023). É essa liberdade de escolha que emancipa o sujeito de seus automatismos.

A autotranscendência é uma característica inerente à existência humana, que sempre aponta para algo além de si mesma. O ser humano não encontra a realização focando em si próprio ou buscando o prazer, mas sim na intencionalidade que o remete sempre ao mundo. A espiritualidade se realiza quando a pessoa se entrega a uma causa a servir, a um trabalho a realizar ou a outra pessoa a quem amar. É nesse "esquecimento de si" que o indivíduo encontra o sentido da vida (Frankl, 1948/2017; Egg-Serra et al., 2023).

2. Espiritualidade versus Religiosidade

É crucial para o rigor acadêmico separar a espiritualidade da religiosidade na obra de Frankl. A dimensão espiritual é uma característica ontológica, ou seja, constitutiva de *todo* ser humano, independentemente de ser ele ateu, agnóstico ou um sujeito de fé. Todos possuem a capacidade de amar, de ser responsáveis e de buscar sentido (Frankl, 1948/2017; Lima Neto, 2013; Egg-Serra et al., 2023). A religiosidade, por sua vez, é uma manifestação específica e facultativa dessa dimensão espiritual. Ela ocorre quando o indivíduo, impulsionado por sua autotranscendência, direciona-se não apenas a um sentido imediato, mas a um Sentido Último (ou Suprassentido), estabelecendo uma relação de diálogo com um "Tu" transcendente, que pode ser representado pela figura de Deus ou o sagrado (Frankl, 1948/2017; Coelho Júnior & Mahfoud, 2001; Lima Neto, 2013).

Frankl argumenta que, diante da impossibilidade de compreender racionalmente o sentido último do universo, o ser humano pode dar um salto de fé. A fé, nesse contexto, não é a negação da realidade, mas uma decisão existencial de confiar que há um sentido maior encoberto (Frankl, 1948/2017; Egg-Serra et al., 2023). Portanto, a religião genuína é sempre uma escolha livre da pessoa espiritual, e não um impulso cego (Frankl, 1948/2017; Coelho Júnior & Mahfoud, 2001). A tabela comparativa entre o espiritual e o religioso na Logoterapia, apresentada abaixo, nos ajuda a visualizar melhor suas diferenças.

Tabela 1:
Comparativo Espiritual versus Religioso na Logoterapia

Característica	O Espiritual (Noético)	O Religioso
Escopo	Universal (está em todos os homens).	Particular (depende de crença/adesão).
Natureza	Fenômeno antropológico e científico.	Fenômeno teológico e cultural.
Foco Clínico	A busca por sentido na vida cotidiana (trabalho, amor, sofrimento).	A relação do sujeito com o Sagrado e com o Transcendente.
Ateus possuem?	Sim. Um ateu tem dimensão noética ativa ao buscar valores e propósitos.	Não necessariamente. O ateu escolhe não manifestar sua espiritualidade via religião.

3. O Inconsciente Espiritual

Na obra *A Presença Ignorada de Deus* (cujo título original em alemão é *Der unbewusste Gott*, ou "O Deus Inconsciente"), publicada em 1948, Frankl (1948/2017) expande as fronteiras da psicologia clássica, introduzindo o conceito de inconsciente espiritual. A fundação da Logoterapia partiu de uma crítica ao reducionismo das teorias psicológicas de sua época (Lima Neto, 2013). Na psicanálise de Sigmund Freud, o inconsciente era compreendido predominantemente como um reservatório de instintos, pulsões reprimidas e desejos primitivos (o *id*).

Frankl não nega a existência desse inconsciente instintual, mas argumenta que ele explica apenas uma fração da totalidade humana. Baseado em sua ontologia dimensional, ele postula que, assim como existe um inconsciente instintual, existe também um inconsciente espiritual (Frankl, 1948/2017; Coelho Júnior & Mahfoud, 2001). Isso significa que as raízes da nossa dimensão mais elevada (o espírito) também mergulham no



inconsciente. O ser humano não é impulsionado apenas por desejos ocultos, mas é igualmente atraído por valores e sentidos que habitam as profundezas de sua espiritualidade.

3.1 A espiritualidade e a consciência moral

Para compreender o inconsciente espiritual, é necessário entender como o espírito opera na visão de Frankl. A dimensão espiritual/noética é o espaço da liberdade, da responsabilidade e da autotranscendência – a capacidade humana de se dirigir para fora de si mesmo, em direção a um sentido a realizar ou outra pessoa a quem amar. Segundo Frankl (2048/2017), a pessoa espiritual, em sua dimensão mais profunda, é *sempre* inconsciente. Isso ocorre porque o espírito atua como uma "realidade de execução" (puro ato). No momento exato em que o espírito está agindo, ele está tão absorvido na execução do ato que não consegue refletir sobre si mesmo simultaneamente. Assim como o olho é capaz de ver o mundo, mas não a si próprio no ato de enxergar, o espírito humano atua a partir de uma profundidade pré-reflexiva. A verdadeira essência espiritual escapa à auto-observação racional no momento em que se realiza.

Se o núcleo do espírito é inconsciente, como ele se manifesta na vida cotidiana? Frankl defende que fenômenos genuinamente humanos, como a inspiração artística, o amor e, principalmente, a consciência moral (*Gewissen*), brotam do inconsciente espiritual. Na Logoterapia, a consciência moral difere radicalmente do superego freudiano (que se constitui na internalização de regras sociais e proibições parentais). Para Frankl, a consciência é o "órgão do sentido". Ela é uma capacidade intuitiva e pré-lógica de captar o sentido único e exclusivo que cada situação concreta da vida exige (Frankl, 1946/2019; Coelho Júnior & Mahfoud, 2001). A voz da consciência surge do inconsciente espiritual como uma bússola interna, orientando o indivíduo não por meio de raciocínios lógicos calculados, mas por uma intuição profunda do que "deve ser feito" no aqui e agora.

3.2 A religiosidade inconsciente como fato ontológico

É por meio da análise dessa consciência moral que Frankl chega à relação do homem com a transcendência. Ao escutar a "voz da consciência", o ser humano percebe que essa voz possui um caráter de autoridade que não provém dele mesmo, mas atua como amplificador de uma instância transcendente. Através do inconsciente espiritual, o homem possui uma relação intencional, ainda que muitas vezes velada ou reprimida, com o sagrado. Frankl denomina isso de religiosidade inconsciente ou "fé inconsciente". Trata-se da presença de um "Tu" transcendente com o qual o indivíduo se relaciona nas profundezas de seu ser (Frankl, 1948/2017).

Neste ponto, é vital compreender que a palavra "fé", na Logoterapia, significa primariamente "fé no sentido" (*Sinn-Glaube*). É a capacidade estrutural do espírito de confiar que, por trás da aparente fragmentação do mundo, existe um sentido maior. Essa abertura não é um instinto que leva o indivíduo a crer em dogmas, mas uma intencionalidade livre para buscar significado (Coelho Júnior & Mahfoud, 2001). O conceito de religiosidade inconsciente frequentemente gera um mal-entendido: a falsa premissa de que, no fundo, todo ateu é um crente em negação ou alguém que apenas não descobriu a sua fé religiosa. Isso seria um erro categórico. A espiritualidade é tratada como um fato ontológico, que se refere, portanto, à estrutura do ser humano, e não como uma crença dogmática oculta.

Frankl não invalida o ateísmo; pelo contrário, o ateísmo é respeitado como uma escolha intelectual e existencial consciente. Dizer que o ateu possui um inconsciente espiritual não significa afirmar que ele abriga uma crença teológica reprimida, mas que a estrutura do espírito de um ateu continua orientada para o sentido. A religiosidade verdadeira deve ser existencial e espontânea, uma decisão do "eu" e não um impulso do "id" (Frankl, 1948/2007; Lima Neto, 2013). O indivíduo pode rejeitar a ideia de Deus, mas ainda assim dedicar sua vida à busca da verdade, à ética, à ciência ou ao amor ao próximo, vivenciando desta maneira a sua fé no sentido – a religiosidade inconsciente –, mesmo rejeitando uma expressão religiosa dessa fé. Frankl sustenta, portanto, que mesmo o homem irreligioso possui uma "fé inconsciente" no sentido, porém não personifica em uma figura divina a instância transcendente que fala através de sua consciência (Frankl, 1948/2007; Coelho Júnior & Mahfoud, 2001).

Assim, o ateu é aquele que reconhece o sentido concreto das situações e obedece rigorosamente à sua consciência moral, mas recusa-se a dar o passo de nomear a fonte dessa consciência como "Deus" ou "Transcendência". Para a Logoterapia, isso não é uma falha ou uma ausência de espírito, mas apenas uma elaboração conceitual ou uma escolha de vocabulário, já que o ateu atribui a voz da consciência a si mesmo, à razão ou à humanidade, não reconhecendo nela um caráter transcendente. Em uma de suas formulações célebres, Frankl afirma que a "solidão última" diante da consciência leva à "honestidade última". Ele sugere que, se Deus existe, Ele certamente não se ofenderia se um ateu O confundisse com a sua própria consciência (Frankl, 1948/2017; Egg-Serra et al., 2023). Para a Logoterapia, o que importa não é o modo como o indivíduo nomeia a transcendência, mas a autenticidade com que ele responde às demandas originárias da vida impostas por ela.

O conceito de inconsciente espiritual atua como uma ponte entre a teologia e a psicologia secular, democratizando a espiritualidade, que deixa de ser um monopólio das religiões organizadas e passa a ser reco-



nhceda como o denominador comum da humanidade. Nesse cenário, Frankl demonstra que a grandeza do ser humano – sua capacidade de autotranscendência, de ética e de responsabilidade – não depende da adesão a um credo. O ateísmo consciente pode coexistir perfeitamente com uma profunda "fé no sentido" inconsciente. Ao reconhecer o inconsciente noético, a Logoterapia representa uma verdadeira reumanização da psicoterapia, devolvendo ao homem sua dignidade integral e revelando que, para crentes ou ateus, o que define a essência humana é a honestidade com que cada um escuta e responde às questões com as quais a vida vem ao seu encontro.

4. Reflexões Necessárias

Sob a ótica da Logoterapia e Análise Existencial de Viktor Frankl a dimensão noética (espiritual) é a sede da cura e da dignidade humana. O termo "espiritual" não possui aqui uma conotação mística, sobrenatural ou teológica, mas refere-se a uma característica antropológica universal e inerente a todo e qualquer ser humano, que não pode ser identificada com a religiosidade institucional, embora esta última se apresente como uma de suas expressões legítimas. Ela representa o núcleo da liberdade, dos valores e da busca por sentido na existência do sujeito. Essa distinção é fundamental para garantir que a terapia acolha a totalidade do ser humano, sem se transformar em um aconselhamento pastoral ou dogmático.

A religiosidade, para Frankl, é a esfera da fé coletiva, uma manifestação específica e institucionalizada que pode se originar a partir da dimensão espiritual, mas não a esgota. Ela não é universal, trata-se de uma escolha consciente ou cultural de aderir a um sistema de crenças, dogmas, rituais, símbolos e comunidades estruturadas e envolve uma relação com o Transcendente, pois manifesta-se por meio da busca por um sentido último e absoluto, frequentemente personificado na figura de um Deus ou de uma força divina superior. Embora seja altamente prevalente, tanto na população mundial como brasileira, é apenas uma das muitas formas pelas quais a dimensão noética de uma pessoa pode se expressar no mundo, não podendo ser entendida como sua manifestação única e necessária.

O psicólogo, portanto, deve estar preparado para um acolhimento da espiritualidade, o que significa compreender como o sujeito vivencia sua busca por sentido e a responsabilidade com que responde à própria consciência moral – validando sua espiritualidade mesmo na ausência de crenças e, no caso de pessoas religiosas, ouvindo e usando a fé *desta pessoa* como ferramenta terapêutica de cura e resiliência, independentemente de qual seja a religião professada de ambos. A Psicologia é laica, mas o sujeito do cuidado psicológico não. Negar esse espaço de expressão impede o sujeito de acessar sua vontade de sentido. O caminho para proteger a pessoa que recebe cuidados psicológicos não está no apagamento ou imposição da fé, mas no respeito incondicional. O psicólogo cristão ou ateu (ou de qualquer outra matriz religiosa) somente atua eticamente quando sua fé (ou ausência dela) serve como bússola de integridade pessoal interna, mas jamais como um roteiro de intervenção ou julgamento sobre a vida de quem atende.

O psicólogo precisa acessar a dimensão espiritual (noética) da pessoa sob seus cuidados para ajudá-la a encontrar sentido no sofrimento, na dor ou na culpa, mas jamais deve tentar proporcionar cuidado por meio de seus preceitos religiosos. Se o sujeito for religioso, suas crenças devem ser respeitadas e acolhidas como um recurso da sua dimensão noética, mas independentemente da sua fé ou ausência dela, crenças e interpretações religiosas ou antirreligiosas nunca podem ser impostas pelo profissional. Do ponto de vista frankliano, se o psicólogo utiliza o espaço clínico de forma indevida para introduzir convicções pessoais, ele viola a liberdade noética do sujeito, impedindo-o de encontrar seu *próprio* sentido.

Na psicoterapia, o objetivo é ajudar o outro a ouvir sua consciência moral pessoal, estimular o resgate de seus valores mais profundos e permitir que ele se reconecte com sua própria transcendência, seja ela expressa por meio de uma religião tradicional ou por meio da arte, da filosofia ou do amor. O grande desafio do terapeuta é guiá-lo até o seu inconsciente espiritual sem se tornar um conselheiro moral ou doutrinador. Frankl defendia uma postura de neutralidade axiológica que prima pela não imposição de valores (religiosos ou arreligiosos). Em suma, o terapeuta não reduz o sujeito a um receptáculo de sentidos pré-fabricados; ele apenas acende uma lanterna para que o próprio indivíduo enxergue o que já possui em seu inconsciente noético.

Como tentamos demonstrar, tanto a dimensão espiritual quanto sua expressão religiosa podem ser acolhidas e exploradas na clínica por meio de métodos válidos dentro da ciência psicológica. Obviamente, sendo este artigo dirigido a um dossiê temático, exploramos uma vertente teórica específica, mas há muito material produzido nesta área que pode nortear uma atuação profissional verdadeiramente ética, que não cede nem ao proselitismo nem à negação da religiosidade ou à sua exclusão do *setting* terapêutico. Por que, então, seguimos nos digladiando em embates improdutivos entre posições dogmáticas e polarizadas?

Se pararmos para olhar atentamente, os discursos apresentados no início deste texto não se encontram necessariamente em oposição. A expressão pessoal da religiosidade do psicólogo não tem conexão direta e imprescindível com sua utilização inapropriada na atuação do profissional. Por outro lado, o cuidado para evitar o uso desta fé pessoal como ferramenta de tratamento ou proselitismo é importante e necessário. A questão principal é que a melhor forma de efetivar este cuidado tem sido ampla e sistematicamente negligenciada. Em sua ânsia por regular, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, o Sistema Conselhos tem levado a um segundo plano sua função de orientar o exercício profissional.



A raiz do problema, que temos apontado repetidamente nos últimos anos, em consonância com o trabalho de muitos colegas (Cavalheiro, 2010; Costa et al., 2008; Egg-Serra et al., 2022; Ferreti, 2010; Freitas, 2002; Gandelman, 2013; Gastaud et al., 2006; Pereira & Holanda, 2016; Pinho, 2012; Silva, 2016; Swatowski et al., 2019; Vieira et al., 2013), é uma lacuna na formação geral em psicologia. Ao impor um afastamento tácito da religiosidade, excluindo-a completamente dos debates acadêmicos, o estudante não tem qualquer oportunidade de articular sua fé ou ausência dela com princípios e conceitos da psicologia ou com os mais diversos estudos que vêm sendo produzidos em profusão nas últimas décadas, acerca da interface entre espiritualidade, saúde mental e psicoterapia (Assis & Medeiro, 2018; Borges, 2015; Cunha & Scorsolini-Comin, 2019; Freitas, 2014; Freitas & Vilela, 2017; Henning-Geronasso & Moré, 2015; Holanda, 2017; Machado et al., 2016; Machado & Holanda, 2016; Mariano et al., 2015). Essa alienação impede a apropriação do conhecimento científico sobre o tema, deixando um vácuo que pode ser preenchido indevidamente com conceitos religiosos ou resultar na total falta de compreensão de que o cuidado terapêutico deve estar em consonância com as realidades espirituais, culturais e comunitárias nas quais a saúde e o sofrimento são significados.

Em um estudo robusto, que ao longo de seis anos confirmou essa lacuna (Egg-Serra et al., 2022) e propôs uma disciplina de Psicologia e Religião criada a partir de demandas concretas da formação (Egg-Serra & Holanda, 2022a), Egg-Serra e Holanda (2022b, 2023) implementaram e avaliaram seu impacto. Os autores tiveram a oportunidade de explorar uma série de temas na área, junto com os estudantes, refletindo sobre as possibilidades e limitações de uma atuação capaz de integrar a E/R de modo ético e responsável. A experiência, documentada em uma dissertação de mestrado (Egg-Serra, 2021) e uma tese de doutorado (Egg-Serra, 2025) que vêm sendo publicadas em uma série de artigos independentes, permitiu testemunhar a força da cultura do silenciamento que ainda prevalece no ambiente acadêmico brasileiro. As consequências da ausência de debates na área são evidenciadas em análises das vivências dos estudantes com o tema durante a formação, desvelando um cenário preocupante de discriminação e hostilidade, no qual a E/R é frequentemente tratada como tabu ou reduzida a uma visão cientificista que a opõe à racionalidade (Cavalheiro, 2010; Costa et al., 2008; Ferreti, 2010; Freitas, 2002; Gandelman, 2013; Gastaud et al., 2006; Pereira & Holanda, 2016; Pinho, 2012; Silva, 2016; Swatowski et al., 2019; Vieira et al., 2013).

Tal atitude faz com que estudantes religiosos sintam que sua fé é incompatível com a profissão que escolheram, além do medo de ter que abandonar suas crenças para serem bons profissionais, enquanto estudantes ateus ou agnósticos são privados de reconhecer a E/R sequer como manifestação histórica e antropológica relevante. Embora a cautela em relação à E/R não seja proveniente apenas do preconceito, mas também de uma preocupação legítima em preservar a laicidade da ciência psicológica contra investidas de proselitismo e imposições morais, a exclusão do tema nos processos formativos não protege a laicidade, apenas alimenta o mito do embate entre Ciência e Religião e preconceitos históricos que imprimem sua violência simbólica no ambiente acadêmico, exacerbando as tensões entre as duas esferas.

Em contrapartida, a abertura de um espaço qualificado para essa discussão demonstrou ser um gesto disruptivo e potente. Os dados do estudo de Egg-Serra e Holanda (Egg-Serra, 2025) confirmaram que a participação na disciplina proposta resultou em um aumento estatisticamente significativo na segurança profissional percebida pelos estudantes para o manejo da E/R, que representava o maior receio da grande maioria deles. O contato com a produção científica da área e discussões conceituais desconstrói o mito do conflito entre ciência e religião e promove um deslocamento de visões reducionistas para uma postura mais crítica e aberta, permitindo um vislumbre da psicologia como saber dialógico, capaz de integrar a E/R como recurso terapêutico, respeitando os limites éticos e focando na experiência singular do sujeito. Esse movimento alinha-se perfeitamente à postura de neutralidade axiológica defendida por Frankl, em que a fé do sujeito é acolhida sem imposições dogmáticas.

Apesar de reconhecer que disciplinas em E/R não eliminam todos os questionamentos práticos sobre como realizar esse manejo adequadamente, dúvidas qualificadas têm o poder de movimentar a busca por conhecimento, enquanto certezas dogmáticas (de que a E/R não é um tema pertinente ao atendimento psicológico, por exemplo) impedem uma postura de abertura e resultam em um dado preocupante, apontado no trabalho de Paulino (2019): quanto mais se avança em termos de formação acadêmica na psicologia, menos se acredita no potencial benéfico da E/R – o que contraria diretamente os achados acumulados em milhares de estudos científicos ao longo das últimas décadas (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a; Dalgalarrrondo, 2006; Hefti, 2019; Koenig, 2012; Moreira-Almeida & Lucchetti, 2016; Panzini et al., 2007), ainda que seja necessário manter o rigor metodológico para não superestimar os efeitos positivos da E/R em detrimento de suas possíveis manifestações negativas.

A constatação de que a dúvida e o incômodo retiram o aluno de uma zona de conforto dogmática reforça a premissa de que a formação crítica é o único antídoto tanto contra o proselitismo quanto o reducionismo. Integrar a dimensão espiritual à prática psicológica demanda exatamente essa postura reflexiva. Em uma revisão sistemática de literatura sobre iniciativas de ensino na área, observa-se, por um lado, a escassez de ações formativas sobre Espiritualidade e Religiosidade (E/R) para estudantes e profissionais de psicologia no Brasil (apenas oito estudos entre 2010 e 2024; Cunha et al., 2020; Cunha & Scorsolini-Comin, 2019b; Egg-Serra & Holanda, 2022b; Gonçalves et al., 2016; Nardini-Bubols et al., 2024; Osório et al., 2017; Rossato et al., 2021; Viegas Junior, 2022). Ao mesmo tempo, no entanto, as iniciativas analisadas relataram bons resultados na cri-



ação de abertura para um acolhimento ético e cientificamente embasado da E/R.

O paradoxo dessa escassez formativa torna-se evidente quando olhamos para a própria essência da práxis psicológica. Independentemente da abordagem teórica do profissional em psicologia – seja ela psicanalítica, cognitivo-comportamental, humanista ou existencial –, o cerne do processo psicoterapêutico não é eliminar o problema, mas alterar as relações que estabelecemos com ele. O primeiro movimento da psicoterapia é o desvelamento. Muitas vezes, o sofrimento se perpetua porque o problema está oculto, mal formulado ou emaranhado em narrativas rígidas. Trazer o problema à tona significa dar-lhe contorno, nome e voz. É o processo de tirar o conflito da sombra onde atua e colocá-lo em evidência – seja pela associação livre e interpretação do inconsciente; pela identificação de crenças centrais e pensamentos automáticos; ou pela descrição da experiência vivida. Em todas elas, o objetivo inicial é o mesmo: tornar o implícito, explícito.

O desvelamento da questão proporciona um distanciamento que faz com que deixemos de ser reféns da situação. O problema deixa de ser o sujeito da frase e passa a ser o objeto de reflexão. Essa exploração nos permite reorganizar nossa atitude diante desses mesmos fatos, mudando a *relação* que temos com eles. Se este é o poder da psicoterapia, a arte por excelência da psicologia, por que a disciplina faz exatamente o contrário quando se trata da questão da E/R? Por que tentamos lidar com os problemas referentes a esta questão por meio do silenciamento, do veto, da aplicação irrefletida de conceitos como ética e laicidade exclusivamente como restrição? Falhamos em discutir o real significado da laicidade e ignoramos as consequências dessa repressão institucional não apenas sobre questões políticas, mas sobre a vida das pessoas aos nossos cuidados.

Considerações Finais

A essência da psicologia é trazer à luz o que está oculto para que o sujeito possa reorganizar sua relação com o sofrimento; contudo, quando o assunto é a Espiritualidade/Religiosidade, a academia e a profissão têm feito historicamente o oposto – silenciando e evitando o tema sob o pretexto irrefletido da laicidade. Se pretendemos uma atuação verdadeiramente ética, que não seja atravessada pelo proselitismo nem pela negligência da dimensão espiritual, nossa única alternativa é aplicar o método psicoterapêutico à própria formação: trazer o tema para a luz do diálogo e do debate, estimulando a reflexão crítica. Enfrentar sua negligência sistemática exige a construção coletiva de propostas formativas que sensibilizem o futuro psicólogo a romper com o paradoxo institucional.

Retomando a dicotomia apresentada no início deste ensaio – a disputa entre a Frente Parlamentar em defesa da liberdade religiosa e as diretrizes de laicidade do Sistema Conselhos –, a teoria de Viktor Frankl oferece uma síntese integradora. A liberdade religiosa do psicólogo é uma garantia inalienável em sua esfera pessoal. Sua atuação clínica, contudo, deve ser pautada pela neutralidade axiológica. A conclusão lógica que se desdobra a partir dos argumentos apresentados é que a única saída ética contra o proselitismo e o reducionismo é a formação crítica. Somente por meio dela será possível capacitar o futuro psicólogo a iluminar a busca por sentido de seus pacientes, garantindo um cuidado que seja, simultaneamente, cientificamente rigoroso e existencialmente acolhedor.

Referências

- Aquino, T. A. A. de. (2019). A dimensão espiritual no pensamento de Viktor Frankl e suas implicações socio-políticas. *REVER - Revista de Estudos Da Religião*, 19(3), 267–277. <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2019vol19i3a16>
- Aquino, T. A. A. de. (2020). Espiritualidade e transcendência na perspectiva de Viktor Frankl. *Aufklärung: Journal of Philosophy*, 7(esp), 65–72. <https://doi.org/10.18012/arf.v7iesp.56740>
- Assis, C. L., & Medeiro, E. D. de. (2018). Religião e psicoterapia: Um estudo a partir de psicólogos de Cacoal - RO, Brasil. *Integración Académica En Psicología*, 6(16). <http://www.integracion-academica.org/25-volumen-5-numero-15-2017/178-religiao-e-psicoterapia-um-estudo-a-partir-de-psicologos-de-cacoal-ro-brasil>
- Baungart, T. de A. A., & Amatuzzi, M. M. (2007). Experiência religiosa e crescimento pessoal: Uma compreensão fenomenológica. *Revista de Estudos Da Religião*, 4, 95–111.
- Beneduzzi, T. M. (2012). *Experiências de integração da espiritualidade na clínica psicológica* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15220>
- Borges, R. S. P. C. (2015). *A Religião em Psicoterapia: Experiências de Terapeutas com Clientes Religiosos* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica]. ISPA - Instituto Universitário.



- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brito, H. L. de. (2011). *Coping religioso: Implicações para a prática clínica* [Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2049>
- Bruscagin, C. (2004). Família e religião. In C. M. de O. Cervený (Ed.), *Família e ...* (pp. 163–186). Casa do Psicólogo.
- Cambuy, K., Amatuzzi, M. M., & Antunes, T. de A. (2006). Psicologia Clínica e Experiência Religiosa. *REVER - Revista de Estudos Da Religião*, 3, 77–93. www.pucsp.br/rever/rv3_2006/p_cambuy.pdf77
- Cavalheiro, C. M. F. (2010). *Espiritualidade na clínica psicológica: Um olhar sobre a formação acadêmica no Rio Grande do Sul* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade do Vale do Rio do Sinos]. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2909>
- Coelho Júnior, A. G., & Mahfoud, M. (2001). As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: Distinções e inter-relações na obra de Viktor Frankl. *Psicologia USP*, 12(2), 95–103. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200006>
- Coliath, A. A. de M. (2007). *Escolha do terapeuta associada à denominação* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15587>
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2014). *Posicionamento do sistema conselhos de psicologia para a questão da psicologia, religião e espiritualidade*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Texto-aprovado-na-APAF-maio-de-2013-Posicionamento-do-Sistema-Conselhos-de-Psicologia-para-a-questão-da-Psicologia-Religião-e-Espiritualidade-8-2.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2023). *Resolução No 7, de 06 de abril de 2023*. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-7-2023-estabelece-normas-para-o-exercicio-profissional-em-relacao-ao-carater-laico-da-pratica-psicologica?origin=instituicao>
- Corrêa, C. V., Batista, J. S., & Holanda, A. F. (2016). Coping religioso/espiritual em processos de saúde e doença: revisão da produção em periódicos brasileiros (2000–2013). *Revista PsicoFAE: Pluralidades Em Saúde Mental*, 5(1), 61–78. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/82>
- Costa, C. C. da, Bastiani, M. de, Geyer, J. G., Calvetti, P. Ü., Muller, M. C., & Moraes, M. L. A. de. (2008). Qualidade de vida e bem-estar espiritual em universitários de psicologia. *Psicologia Em Estudo*, 13(2), 249–255. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a07v13n2.pdf>
- Cunha, V. F. da, Rossato, L., Gaia, R. da S. P., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Religiosidade/espiritualidade em saúde: uma disciplina de pós graduação. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 11(3), 232. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3p232>
- Cunha, V. F. da, & Scorsolini-Comin, F. (2019a). A dimensão Religiosidade/Espiritualidade na prática clínica: Revisão integrativa da literatura científica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35419>
- Cunha, V. F. da, & Scorsolini-Comin, F. (2019b). A religiosidade/espiritualidade (R/E) como componente curricular na graduação em Psicologia: relato de experiência. *Psicologia Revista*, 28(1), 193–214. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i1p193-214>
- Cunha, V. F. da, & Scorsolini-Comin, F. (2019). Best professional practices when approaching religiosity/spirituality in psychotherapy in Brazil. *Counselling and Psychotherapy Research*, 19(4), 523–532. <https://doi.org/10.1002/capr.12241>
- Dalgalarrondo, P. (2006). Relações entre duas dimensões fundamentais da vida: Saúde mental e religião. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(3), 177–178. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000300006>
- Dein, S. (2004). Working with patients with religious beliefs. *Advances in Psychiatric Treatment*, 10(4), 287–294. <https://doi.org/10.1192/apt.10.4.287>
- Egg-Serra, A. P. (2021). *Inserção da espiritualidade/religiosidade na formação de profissionais de psicologia no Brasil*. Universidade Federal do Paraná.



- Egg-Serra, A. P. (2025). *Psicologia & Espiritualidade: Contribuições de uma disciplina para a formação profissional*. Universidade Federal do Paraná.
- Egg-Serra, A. P., & Holanda, A. F. (2022a). Psicologia e religião - o que é isso?: Uma proposta curricular. In V. A. Angerami (Ed.), *Psicologia e Religião* (pp. 355–372). Artesã.
- Egg-Serra, A. P., & Holanda, A. F. (2022b). Narrativas sobre Ciência e Religião e seu impacto na formação em Psicologia. *Revista Pistis Praxis*, 14(3), 913–937. <https://doi.org/10.7213/2175-1838.14.003.AO04>
- Egg-Serra, A. P., & Holanda, A. F. (2023). Noções de espiritualidade e religiosidade para estudantes de psicologia: Uma análise fenomenológica. *Interações*, 18(2), e182d08. <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2023v18n2e182d08>
- Egg-Serra, A. P., Holanda, A. F., Pereira, K. C. L., & Sudaro, F. K. D. (2022). Silêncio que fala: Espiritualidade/religiosidade nos currículos de psicologia em universidades públicas brasileiras. In A. F. Holanda (Ed.), *Espiritualidade, religiosidade, psicologia e saúde: Diálogos e pesquisas* (pp. 15–45). Editora Fi. <https://doi.org/10.22350/9786559174966>
- Egg-Serra, A. P., Holanda, A. F., & Scaduto, A. A. (2023). Espiritualidade na clínica psicológica: Contribuições do pensamento de Viktor Frankl. *Revista PsicoFAE: Pluralidades Em Saúde Mental*, 12(1), 36–51. <https://doi.org/10.55388/psicofae.v12n1.426>
- Esperandio, M. R. G., Escudero, F. T., Fanini, L., & Macedo, E. P. N. de. (2019). Envelhecimento e Espiritualidade: O Papel do Coping Espiritual/Religioso em Idosos Hospitalizados. *Interação Em Psicologia*, 23(2). <https://doi.org/10.5380/psi.v23i02.65381>
- Ferreira, L. F., Freire, A. de P., Silveira, A. L. C., Silva, A. P. M., Sá, H. C. de, Souza, I. S., Garcia, L. S. A., Peralta, R. S., & Araujo, L. M. B. (2020). A Influência da Espiritualidade e da Religiosidade na aceitação da doença e no tratamento de pacientes oncológicos: Revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 66(2). <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2020v66n2.422>
- Ferreti, M. L. C. (2010). *Crenças religiosas entre estudantes de graduação em psicologia* [Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do rio de Janeiro]. <http://www.nutes.ufrj.br/mestrado/arquivos/dis.MaraFerretti.pdf>
- Frankl, V. E. (1978). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia* (R. Bittencourt (trans.)). Zahar (Trabalho original publicado em 1975).
- Frankl, V. E. (2017). *A presença ignorada de Deus* (W. O. Schlupp & H. H. Reinhold (trans.); 2a ed.). Sinodal/Vozes. (Trabalho original publicado em 1948).
- Frankl, V. E. (2019). *Psicoterapia e sentido da Vida* (A. M. de Castro (trans.); 7a ed.). Quadrante. (Trabalho original publicado em 1946).
- Frankl, V. E. (2020). *A vontade de sentido* (I. S. Pereira (trans.); 1a ed.). Paulus. (Trabalho original publicado em 1969).
- Freitas, M. H. de. (2002). *Crença religiosa e personalidade em estudantes de Psicologia: um estudo por meio do Questionário Pratt e do Método de Rorschach* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <https://pt.scribd.com/document/409562638/Crenca-religiosa-e-personalidade-em-estudantes-de-psicologia-Um-estudo-por-meio-do-Questionario-Pratt-e-do-Metodo-de-Rorschach>
- Freitas, M. H. de. (2014). Religiosidade e saúde: Experiências dos pacientes e percepções dos profissionais. *Revista Pistis Praxis*, 6(1), 89–105. <https://doi.org/10.7213/PP.V6I1.13046>
- Freitas, M. H. de, & Vilela, P. R. (2017). Leitura fenomenológica da religiosidade: Implicações para o psicodiagnóstico e para a práxis clínica psicológica. *Revista Da Abordagem Gestáltica*, 23(1), 95–107. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100011
- Gandelman, T. C. (2013). *A religiosidade e a espiritualidade dos alunos no curso de formação de psicólogo* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15267>
- Gastaud, M. B., Souza, L. D. de M., Braga, L., Horta, C. L., Oliveira, F. M. de, Sousa, P. L. R., & Silva, R. A. da.



- (2006). Bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores em estudantes de psicologia: Estudo transversal. *Revista de Psiquiatria Do Rio Grande Do Sul*, 28(1), 12–18. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082006000100003>
- Gonçalves, L. M., Osório, I. H. S., Oliveira, L. L., Simonetti, L. R., dos Reis, E., & Lucchetti, G. (2016). Learning from listening: Helping healthcare students to understand spiritual assessment in clinical practice. *Journal of Religion and Health*, 55(3), 986–999. <https://doi.org/10.1007/s10943-015-0146-y>
- Habermas, J. (2007). *Entre Naturalismo e Religião*. Tempo Brasileiro.
- Hefti, R. (2019). Integrando espiritualidade no cuidado com a saúde mental, psiquiatria e psicoterapia (H. August & P. L. T. Santos, trans.). *Interação Em Psicologia*, 23(2), 308–321. <https://doi.org/10.5380/psi.v23i02.68486>
- Henning-Geronasso, M. C., & Moré, C. L. O. O. (2015). Influência da Religiosidade/Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 711–725. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000942014>
- Holanda, A. F. (2017). Fenomenologia e Psicologia da Religião no Brasil: Fundamentos, desafios e perspectivas. *Revista Pistis Praxis*, 9(1), 131–151. <https://doi.org/10.7213/2175-1838.09.001.DS06>
- Koenig, H G, Pargament, K. I., & Nielsen, J. (1998). Religious coping and health status in medically ill hospitalized older adults. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 186(9), 513–521. <https://doi.org/10.1097/00005053-199809000-00001>
- Koenig, Harold George. (2012). Religion, spirituality, and health: The research and clinical implications. *ISRN Psychiatry*, 2012, 1–33. <https://doi.org/10.5402/2012/278730>
- Lima Neto, V. B. (2013). A espiritualidade em logoterapia e análise existencial: O espírito em uma perspectiva fenomenológica e existencial. *Revista Da Abordagem Gest?Ltica*, 19(2), 220–229.
- Machado, F. R., Zangari, W., Maraldi, E. de O., Martins, L. B., & Shimabucuro, A. H. (2016). Contribuições da psicologia para a compreensão das relações entre a espiritualidade, a religiosidade e as experiências anômalas1. *Clareira - Revista de Filosofia Da Região Amazônica*, 3(2), 2–21. <https://periodicos.unir.br/index.php/clareira/article/view/3624/2504>
- Machado, J. L. C., & Holanda, A. F. (2016). Religiosidade e bem-estar psicológico no contexto da clínica psicoterápica: Um estudo fenomenológico. In M. H. de Freitas, N. B. Zaneti, & S. H. N. Pereira (Eds.), *Psicologia, Religião e Espiritualidade* (pp. 63–83). Juruá Editora.
- Maciel, R. F. L. A. (2023). *Beer-laa-roi – “eu vi aquele que me vê”: Relações entre mulheres evangélicas e seus processos psicoterápicos* [Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_320633c7320e75ae4749fd47e9ec8524
- Mariano, S. C., Sant’anna, P. R., Silva, L. C. G. F. da, & Esperandio, M. R. G. (2015). Espiritualidade na prática psicológica em saúde: Revisão de literatura do período de 2002 a 2015. In M. R. G. Esperandio (Ed.), *Anais do X Seminário de Psicologia & Senso Religioso*. <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/spsr>
- Moreira-Almeida, A., & Lucchetti, G. (2016). Panorama das pesquisas em ciência, saúde e espiritualidade. *Ciência e Cultura*, 68(1), 54–57. <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000100016>
- Nardini-Bubols, M., Costa, D. B., Moret-Tatay, C., & Irigaray, T. Q. (2024). Effects of the religious and spiritual competencies training in brazilian psychologists: A pilot study. *International Journal of Latin American Religions*, 8(1), 209–224. <https://doi.org/10.1007/s41603-024-00234-z>
- Oliveira, L. P. de, Serur, G., Michel, R. B., & Esperandio, M. R. G. (2019). A formação acadêmica para a integração da religiosidade/espiritualidade na prática do psicólogo. *Psicologia Argumento*, 37(96), 167. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.37.96.AO02>
- Osório, I. H. S., Gonçalves, L. M., Pozzobon, P. M., Gaspar Júnior, J. J., Miranda, F. M., Lucchetti, A. L. G., & Lucchetti, G. (2017). Effect of an educational intervention in “spirituality and health” on knowledge, attitudes, and skills of students in health-related areas: A controlled randomized trial. *Medical Teacher*, 39(10), 1057–1064. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2017.1337878>



- Panzini, R. G., Rocha, N. S. da, Bandeira, D. R., & Fleck, M. P. de A. (2007). Qualidade de vida e espiritualidade. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 34, 105–115. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700014>
- Paulino, P. R. V. (2019). *Religiosidade/Espiritualidade em uma amostra nacional de psicólogos brasileiros: Perfil e implicações na prática profissional* [Tese de Doutorado em Psicologia]. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Pereira, K. C. L., & Holanda, A. F. (2016). Espiritualidade e religiosidade para estudantes de psicologia: Ambivalências e expressões do vivido. *Revista Pistis Praxis*, 8(2), 385–413. <https://doi.org/10.7213/PP.V8I2.1405>
- Pereira, K. C. L., & Holanda, A. F. (2019). Religião e espiritualidade no curso de psicologia: Revisão sistemática de estudos empíricos. *Interação Em Psicologia*, 23(2), 222–235. <https://doi.org/10.5380/psi.v23i02.65373>
- Peres, J. F. P., Simão, M. J. P., & Nasello, A. G. (2007). Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 34(suppl 1), 136–145. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000700017>
- Pinho, R. B. de S. (2012). *Crenças religiosas e conhecimento psicológico na perspectiva do aluno do curso de psicologia* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15114>
- Rossato, L., Carvalho, P. P., Favarin, D. B., Souza, D. C. de, & Scorsolini-Comin, F. (2021). Como acolher a religiosidade/espiritualidade em saúde: Experiência com grupo operativo na pós-graduação. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(4), e-3738. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3738/2764
- Savio, A., & Bruscagin, C. (2008). A religiosidade na prática clínica: construindo diálogos com o cliente religioso. In C. Bruscagin, A. Savio, F. Fontes, & D. M. Gomes (Eds.), *Religiosidade e psicoterapia* (pp. 19–36). Roca.
- Silva, L. A. C. da. (2016). *Espiritualidades e bem-estar espiritual no processo formativo de estudantes de psicologia do Recife-PE à luz da abordagem Integral/Transpessoal* [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Swatowski, C., Silva, D., & Alvarenga, O. (2019). Religião no contexto universitário: Uma pesquisa entre estudantes de Ciências Sociais e Psicologia da UFU. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 20(2). <https://doi.org/10.12957/irei.2018.39031>
- Viegas Junior, L. C. da S. (2022). *Espiritualidade e religiosidade na graduação em psicologia no Rio Grande do Sul: Conhecendo o cenário e propondo um caminho* [Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre]. <https://repositorio.ufcspa.edu.br/items/e7ef8be7-974b-4d71-beaf-6d038184ef98/full>
- Vieira, T. M., Zanini, D. S., & Amorim, A. D. P. (2013). Religiosidade e Bem-Estar Psicológico de Acadêmicos de Psicologia. *Interação Em Psicologia*, 17(2). <https://doi.org/10.5380/psi.v17i2.26678>